

Motrivivência

Revista de Educação Física, Esporte e Lazer
LaboMídia

Resenha do livro Educação Física e sexualidade: desafios educacionais

RESUMO

O presente texto apresenta uma resenha do livro “Educação Física e sexualidade: desafios educacionais”, organizado por Priscila Gomes Dornelles, Ileana Wenez e Maria Simone Vione Schwengber, publicado pela Editora Unijuí em 2017. A obra é composta por seis capítulos, com pesquisas de renomados(as) pesquisadores(as) que se propuseram a investigar as possíveis relações entre as questões de gênero e sexualidade no âmbito da Educação Física, evidenciando as contribuições desse campo de conhecimento nos processos de fortalecimento de perspectivas de gênero e sexualidade determinadas a partir das características anatômicas e fisiológicas de cada sujeito. Em síntese, as pesquisas apresentadas servem como um indicativo de que a Educação Física escolar se caracteriza como uma disciplina que, seja a partir dos seus discursos, seja pelas práticas pedagógicas ou silenciamentos, potencializa a normalização de comportamentos fundamentados pela conexão e dependência entre as categorias sexo-gênero-sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Resenha; Sexualidade; Gênero; Educação física; Contexto pedagógico

Beatriz Barreto e Silva

Acadêmica 7º período Licenciatura em
Educação Física
Universidade Federal de Sergipe,
Departamento de Educação Física, São
Cristóvão/SE, Brasil

beatrizbarreto08@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9728-3064>

Cristiano Mezzaroba

Doutor em Educação/UFSC
Universidade Federal de Sergipe,
Departamento de Educação Física, São
Cristóvão/SE, Brasil

cristiano_mezzaroba@yahoo.com.br

 <http://orcid.org/0000-0003-4214-0629>

Review of the book: Physical Education and sexuality: educational challenges

ABSTRACT

This text presents a review of the book “Physical Education and sexuality: educational challenges”, organized by Priscila Gomes Dornelles, Ileana Wenez and Maria Simone Vione Schwengber, published by Editora Unijuí in 2017. The work comprises six chapters, with research conducted by renowned researchers who proposed to investigate the possible relationships between issues of gender and sexuality in the context of Physical Education, highlighting the contributions of this field of knowledge in the processes of strengthening perspectives of gender and sexuality determined from the anatomical and physiological characteristics of each individual. In summary, the researches presented serve as an indication that school Physical Education is characterized as a subject that, whether based on its discourse, whether through its pedagogical practices or its silencing, potentializes the normalization of behaviors based on the connection and dependence between the sex-gender-sexuality categories.

KEYWORDS: Review; Sexuality; Gender; Physical education; Pedagogical context

Reseña del libro: Educação Física e sexualidade: desafios educacionais

RESUMEN

Este texto presenta una reseña del libro “Educação Física e sexualidade: desafios educacionais”, organizado por Priscila Gomes Dornelles, Ileana Wenez y Maria Simone Vione Schwengber, publicado por la Editora Unijuí en 2017. El trabajo consta de seis capítulos, con investigaciones de reconocidos/as investigadores/as, quienes se propusieron indagar las posibles relaciones entre temas de género y sexualidad en el contexto de la Educación Física, destacando los aportes de este campo del conocimiento en los procesos de fortalecimiento de perspectivas de género y sexualidad determinadas a partir de las características anatómicas y fisiológicas de cada sujeto. En resumen, las investigaciones presentadas sirven como indicio de que la Educación Física escolar se caracteriza por ser una disciplina que, ya sea a partir de sus discursos, ya sea a través de prácticas pedagógicas o silenciamientos, potencia la normalización de conductas fundamentadas a partir de la conexión y dependencia entre las categorías sexo-género-sexualidad.

PALABRAS-CLAVE: Reseña; Sexualidad; Género; Educación Física; Contexto pedagógico

INTRODUÇÃO

O livro “Educação Física e sexualidade: desafios educacionais”, que faz parte da Coleção Educação Física da Editora Unijuí, reúne em uma mesma obra, diversas produções de renomados(as) pesquisadores(as)¹, que em seus estudos se dedicaram a pensar como a Educação Física (EF) se relaciona com as diversas questões de gênero e sexualidade que perpassam o ambiente escolar. Este livro, cujas organizadoras são Priscila Gomes Dornelles, Ileana Wenez e Maria Simone Vione Schwengber, é composto por um prefácio, escrito por Fernando Seffner, uma apresentação, de autoria das organizadoras, seis capítulos ou produções subsequentes e uma breve apresentação de todos os autores que contribuíram na elaboração da obra, totalizando 158 páginas.

No prefácio, intitulado “Aulas de Educação Física e questões de sexualidade ousada conexão” e escrito por Fernando Seffner, temos a apresentação de alguns indícios que demonstram que o contexto da EF escolar se caracteriza como um espaço que tensiona questões de gênero e sexualidade, considerando que são nessas aulas que o corpo é colocado em evidência. Fernando argumenta que nas aulas de EF os sujeitos que transgridem as normativas de gênero e sexualidade são colocados em condições de inferiorização e discriminação. A partir desse argumentos, Seffner chama atenção para a importância de refletir sobre como tal componente curricular está inserido nos debates contemporâneos sobre gênero e sexualidade.

Na apresentação da obra – A(s) sexualidade (s) em pauta – escrita por Ileana Wenez, Maria Simone Vione Schwengber e Priscila Gomes Dornelles, é apresentado um panorama das discussões que são travadas ao longo do livro. As autoras destacam que o presente livro é uma continuidade de um projeto coordenado por elas, que busca tematizar gênero, sexualidade e EF, sendo que a primeira publicação deste projeto foi a do livro “Educação Física e gênero: Desafios educacionais”, publicado em 2013, que assim como a obra aqui resenhada, reúne textos de diversos autores que se empenharam em realizar um diálogo entre a EF e as questões de gênero.

No primeiro capítulo, que apresenta o texto de Ileana Wenez, Maria Simone Vione Schwengber e Priscila Gomes Dornelles, intitulado “Caminhos teóricos e políticos do trato com a sexualidade na Educação Física: uma análise inicial das produções na área (2001-2015)”, é realizada uma discussão em torno de como as pesquisas da área da EF apropriaram-se da categoria sexualidade; a partir de uma análise de produções publicadas em revistas da área e nos anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), entre os anos de 2001 e 2015. Em síntese, após

¹ Além das organizadoras Priscila Gomes Dornelles, Ileana Wenez e Maria Simone Vione Schwengber, a obra também contou com a participação de Luiza Aguiar dos Anjos, Silvana Vilodre Goellner, João Paulo Fernandes Soares, Ludmila Mourão, Leandro Teófilo de Brito, Vagner Matias do Prado e Ariel Martinez.

uma série de recortes, seguindo critérios bem definidos para a eliminação e seleção dos trabalhos, as autoras realizaram a leitura e analisaram como se davam os debates referentes à sexualidade em 32 trabalhos, sendo que 20 dessas produções foram publicadas em anais do CONBRACE e 12 em periódicos da área.

A princípio, antes de apresentar os resultados da pesquisa, as autoras alertam para a necessidade de refletir sobre o papel da EF frente ao debate sobre sexualidade, considerando que, enquanto área do conhecimento, ela tem muito a dizer sobre tal temática, na medida em que ela opera como mecanismo normalizador que pode contribuir no fortalecimento de perspectivas que encaixotam os sujeitos em uma cadeia que entrelaça firmemente e unifica as categorias sexo/gênero/sexualidade.

Posterior a esta sucinta discussão, Wenez, Schwengber e Dornelles apresentam, em dois tópicos de análise (um referente à análise dos trabalhos selecionados nos anais do CONBRACE e o outro dos trabalhos analisados que foram retirados dos periódicos) as principais características dos estudos, enfatizando os modos como os autores utilizaram a temática “sexualidade”, a partir de uma análise dos enfoques epistemológicos e teórico-metodológicos que orientaram tais produções.

Nesse sentido, as autoras identificaram que a maioria dos trabalhos, tanto os estudos dos anais do CONBRACE como as produções dos periódicos, traziam a questão da sexualidade em discussões que se empenharam em investigar a temática gênero, sendo que, nestes estudos, a sexualidade era citada somente em determinados momentos das pesquisas. As autoras constataram a dubiedade de entendimento quanto à utilidade das categorias gênero, sexualidade e sexo, visto que, um número representativo de produções utilizaram a categoria sexualidade em análise de gênero e também foram identificados trabalhos que compreendiam a sexualidade como sendo sinônimo de sexo. Em suma, as autoras frisam que, a partir do estudo, foi possível identificar que o entendimento que a EF, enquanto área do conhecimento, tem sobre a sexualidade, ainda está vinculada a uma perspectiva biológica sobre o corpo, na medida em que poucas foram as pesquisas que propuseram-se ir além de um pensamento binário e heteronormativo e buscaram tensionar e criticar a unificação das categorias sexo/gênero/sexualidade.

No segundo capítulo – Esporte e transgeneridade: corpos, gêneros e sexualidades plurais – , escrito por Luiza Aguiar dos Anjos e Silvana Vilodre Goellner, são problematizadas as implicações e as incomodidades que são provocadas pela inserção de pessoas trans no universo das práticas corporais, evidenciando que, apesar da participação de atletas trans nos Jogos Olímpicos de 2016 ter sido um avanço, no que diz respeito ao refutamento do caráter binário e heteronormativo que constituem o campo esportivo, o esporte ainda se caracteriza como uma prática excludente e que

fortalece discursos que normalizam a concepção de que todo sujeito deve se comportar de acordo com os preceitos que são direcionados ao sexo que lhe foi atribuído no seu nascimento.

Para aprofundar tal debate, Anjos e Goellner apresentam alguns exemplos que demonstram como o esporte é um espaço que durante muito tempo se limitou (e ainda se limita) a uma compreensão linear e intransgressível de sexo/gênero. As autoras citam a inserção da política de verificação de gênero (também chamado de “teste de feminilidade”) no Campeonato Europeu de Atletismo, que foi realizado no ano de 1966 em Budapeste, e nos Jogos Olímpicos do México, que ocorreu em 1968. Neste teste, as atletas tinham que se despir na frente de uma ginecologista para comprovar a sua feminilidade. Além disso, as autoras também destacam o “teste cromossomal”, que assim como o teste de feminilidade, também foi utilizado nos Jogos Olímpicos do México como método para verificar se a atleta possuía as características anatômicas e biológicas de uma mulher. A obrigatoriedade de tais testes foi retirada nos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000, no entanto, em 2012, nos Jogos Olímpicos de Londres, o COI (Comitê Olímpico Internacional) determinou que sempre que uma atleta apresentasse alguma vantagem ou uma performance acima do nível, poderia ser aberta uma investigação para analisar se de fato a atleta possuía as condições biológicas que a legitimam como “mulher”.

Após muitas polêmicas e discussões, como forma de tentar se adequar aos princípios dos direitos humanos e assegurar a igualdade de condições no esporte, o COI determinou que para uma mulher trans participar de competições em categorias femininas, ela precisa comprovar que o seu nível de testosterona não está acima do nível permitido. Anjos e Goellner ressaltam que as mudanças nas regras do COI, para inserção de pessoas trans no esporte, “parecem indicar uma maior aceitação no campo esportivo de pessoas que rompem com a matriz da heterossexualidade.” (p. 60)

Adentrando nas discussões educacionais, as autoras citam algumas tentativas de silenciar os debates de gênero e sexualidade na escola, como a anulação do projeto “Brasil sem Homofobia”, em 2011, o surgimento da *fake news* do falacioso “Kit gay”, que foi amplamente divulgado por setores mais conservadores da sociedade como forma de tentar combater a inclusão de debates de gênero e sexualidade no ambiente escolar, e a exclusão das menções e orientações referentes às questões de gênero e orientação sexual do Plano Nacional de Educação (PNE).

Por fim, Anjos e Goellner apontam para a necessidade de discutir sobre a presença de pessoas trans no esporte dentro do ambiente escolar, principalmente, a partir das aulas de EF, que tem o esporte como unidade temática; considerando que, enquanto instituição social que se estrutura a partir de princípios democráticos e inclusivos, a escola não pode reproduzir ou fortalecer pensamentos e atitudes discriminatórias e intolerantes e tampouco silenciar-se frente às situações de violência contra sujeitos que não se adequam aos padrões que são direcionados para ele. Além disso, as autoras

destacam a necessidade de pensar uma EF que considere a necessidade de discutir sobre gênero e sexualidade, tendo em vista que são nas aulas desse componente curricular que esse tipo de violência se manifesta de maneira mais explícita e recorrente, pois as práticas corporais são profundamente marcadas por representações generificadas e heteronormatizadas sobre o corpo e o movimento.

Já no terceiro capítulo – Corpos que escapam: performatividades de gêneros, sexualidades e a abjeção no levantamento de peso –, de autoria de João Paulo Fernandes Soares e Ludmila Mourão, é exposto um estudo desenvolvido com um grupo de mulheres que praticam o levantamento de peso, evidenciando como essas atletas lidam com situações de preconceito e julgamentos que fazem parte do cotidiano de mulheres que decidem realizar práticas esportivas que possuem fortes representações de masculinidade na sua estruturação.

Soares e Mourão enfatizam que o levantamento de peso durante muito tempo foi um esporte exclusivamente masculino, visto que a categoria feminina desta modalidade só foi integrada nos Jogos Olímpicos em 2000, sendo que a categoria masculina integra o grupo de provas Olímpicas desde a sua primeira edição, em 1896. Por ser um esporte que promove mudanças corporais, caracterizada pelo aumento da força muscular, que rompem com uma imagem de uma feminilidade, representada pela delicadeza e fragilidade, as mulheres que ousam a inserir-se nesse universo sofrem diversos tipos de discriminação, principalmente, por romper com as normas de generificação dos corpos.

De acordo com os relatos das atletas que participaram da pesquisa, mulheres que praticam o levantamento de peso, por serem pessoas que desobedecem e transgridem o modelo normativo de gênero, são vistas com desconfiança e julgamentos, que são caracterizados, principalmente, pela masculinização de seus corpos, como se ao praticar tal esporte elas estariam deixando de ser femininas, e pela suspeição da sua sexualidade, que é determinado pela concepção de uma conexão entre as categorias sexo-gênero-desejo, sendo que, ao não se enquadrar nas normas de gênero, essas atletas estariam também rompendo com as normativas da sexualidade, em outras palavras, elas estariam deixando de ser heterossexuais.

No quarto capítulo – Afeminada! Afeminada! Queerizando as masculinidades no contexto do voleibol –, Leandro Teófilo de Brito apresenta narrativas etnográficas de uma experiência de inserção no contexto de uma equipe de voleibol masculino sub-21, cujos atletas autodeclaravam-se como gays ou bissexuais. A partir de observações participantes e entrevistas informais, Leandro de Brito identificou, tanto nos discursos quanto nas performativas desses atletas, situações que demonstram um movimento de ruptura com perspectivas generificadas e heteronormativas, desestabilizando o modelo normativo sexo-gênero-desejo, e aponta para a manifestação de modos de ser que fogem das

regras de gênero e sexualidade que são internalizadas e fortalecidas socialmente, no qual Brito denominou de “masculinidades *queer*”.

Segundo Brito, o termo “*Queer*” está associado “[...] aqueles e aquelas que, além de não se conformarem com um modelo heterocentrado para viver seus desejos, desestabilizam o sistema dicotômico e fixo de identidade e performance de gênero que se restringe ao masculino/feminino” (p. 96). Sendo assim, a partir do estudo, Leandro de Brito afirma que foi possível identificar nesses atletas performativas de masculinidades *queer*, na medida em que eles rompem com a perspectiva de masculinidades e feminilidades singulares e tensionam as normativas que estabelecem modos heterocentrados de viver a sexualidade. O autor destaca que isso foi possível ser constatado a partir da maneira que os jogadores comemoravam um ponto no jogo (batendo cabelo) ou como eles provocavam o adversário, da escolha de nomes de jogadoras de voleibol para os representarem na pesquisa e dos relatos de “pegação homoafetiva” que ocorriam nos vestiários.

Em suma, Leandro de Brito, a partir da sua pesquisa, dos relatos da árbitra e de outros estudos já realizados, afirma que o voleibol se caracteriza como um esporte em que performativas de sujeitos que fogem das normas de gênero e sexualidade são cada vez mais comuns e naturalizadas.

No quinto capítulo – Fica no gol para pegar as bolas: Educação Física escolar e o dispositivo da (homo) sexualidade – Vagner Matias do Prado problematiza o contexto das aulas da EF escolar como um espaço que contribui nos processos de normalização e fortalecimento de discursos que homogeneizam representações de gênero e sexualidade. Para contribuir na fundamentação de tal debate, o autor utiliza dados de sua experiência, realizada durante seu doutorado, com jovens adultos que se autodeclaravam gays, em que foi investigado quais as percepções e lembranças que esses jovens tinham sobre a sua estadia na escola.

Antes de adentrar nas especificidades da EF escolar, Prado argumenta que, com influência de diversos mecanismos de poder, dentre eles a escola, as perspectivas sobre gênero e sexualidade são constituídas a partir de discursos que ao serem declarados e reforçados continuamente, adquirem o status de “norma” ou de “modelo” a ser seguido, sendo que tudo que foge ou escapa desta normativa é tido como anormal, estranho e indesejável.

[..] os conhecimentos divulgados (e considerados verdadeiros) sobre os corpos, o posicionamento social dos sujeitos, os códigos jurídicos, as práticas escolares, a arquitetura social, são algumas das estratégias de uma espécie de ‘engenharia de governo’ que constroem nossa ideia de sexualidade, muito ancorada na Biologia e na reprodução da espécie. Esse dispositivo produz variados ‘regimes de verdade’ sobre a natureza humana o que, a partir de estratégias políticas de gerenciamento social, contribuiu para a construção de representações identitárias que hierarquizam os sujeitos e neutralizam potencialidades de transformação ética da ideia de um ‘eu’. (PRADO, 2017, p. 115).

Prado afirma que a EF escolar, enquanto componente curricular, é um campo que reproduz pensamentos biologicistas sobre gênero e sexualidade e assim contribui nos processos de normatização de comportamentos masculinos e femininos e do fortalecimento do pensamento de que a heterossexualidade deve ser adotada como uma regra a ser seguida e estimulada. Em uma análise inicial, Prado argumenta sobre o fato de que a produção de conhecimento da EF fortalece perspectivas singularizadas de gênero e sexualidade. Para comprovar tal afirmação, ele utiliza um estudo de Couto Rosa (2008), em que foi identificado que poucos são os estudos que buscaram tematizar sobre a homofobia no campo esportivo; o que demonstra que a produção do conhecimento da área da EF possibilita pouca visibilidade para esse tema. Além disso, Prado chama atenção para o enaltecimento de marcadores masculinizantes nos artigos publicados pela Revista Brasileira de Ciência do Esporte do CBCE (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte), que em algumas de suas publicações é possível perceber uma objeção à homossexualidade e a comportamentos tidos como femininos. Ao identificar que a produção acadêmica da EF é um campo que fortalece e reproduz concepções heteronormativas, Prado destaca que os conhecimentos que são produzidos na área influenciam diretamente nos processos de formação de professores, que, conseqüentemente, tendem a reproduzir tais pensamentos em sala de aula.

Em síntese, Prado destaca que as aulas de EF são marcadas por situações que reiteram pensamentos que excluem e hostilizam corpos que não se adequam aos discursos de gênero e sexualidade. Dentre essas situações, o autor destaca a inferiorização e rejeição à feminilidade, as imposições quanto à determinação de práticas corporais adequadas para serem praticadas por homens e mulheres, a rejeição ou falta de interesse de homossexuais pelas práticas esportivas e o silenciamento do professor em situações de discriminação e exclusão desses sujeitos que transgridem as normativas de gênero e sexualidade. Para finalizar, Prado chama atenção para a importância do professor intervir em situações de preconceito e violência, na medida em que o silenciamento é uma forma de fortalecer tais ações.

E, por fim, no sexto e último capítulo, de Ariel Martínez, denominado “La gesta *Queer* del cuerpo que no es uno. Aportes conceptuales más allá del dimorfismo sexual”, é apresentada uma pesquisa, realizada com onze indivíduos que não se enquadravam nas normativas de gênero atribuídas ao seu sexo biológico, em que foram analisadas as perspectivas desses sujeitos em relação a sua identidade e ao seu corpo.

Para aprofundar tal discussão, Martínez problematiza a teoria *Queer*, discorrendo sobre seu surgimento, que se deu no contexto norteamericano na década de 1990, enfatizando que essa teoria começa a ganhar força no meio acadêmico, principalmente, a partir de Teresa Lauretis (2000), Eve

Kosofsky Sedgwick (1993) e Judith Butler (2007, 2008) e apresentando alguns conceitos importantes sobre essa teoria.

Sendo assim, Martínez realiza uma discussão em torno de como se dão os processos de incorporação de atitudes, comportamentos e identidades que são atribuídos a determinados corpos tidos como masculinos ou femininos, utilizando o pensamento de Judith Butler (2007, 2008) para fundamentar tal debate. O autor faz uma crítica à concepção de que a definição de gênero de um indivíduo seria determinada pelos atributos físicos e anatômicos do seu corpo, opondo-se ao modelo normativos sexo-gênero-desejo, que designa o pensamento de que o gênero e a sexualidade do indivíduo é definida a partir das suas particularidades anatômicas e fisiológicas.

A partir da análise da percepção dos sujeitos que participaram da pesquisa, Prado destaca que mesmo esses indivíduos que transgridem o determinismo de gênero que se pauta no sexo biológico, expressam em seus discursos percepções generificantes que enquadram corpos e identidades em dois grupos, o masculino e o feminino. Em outras palavras, esses sujeitos rompem com a associação entre as categorias sexo e gênero, na medida em que não reproduzem os comportamentos que são socialmente atribuídos ao seu sexo biológico, mas reproduzem e fortalecem discursos que desconsideram as múltiplas masculinidades e feminilidades existentes.

Ao lermos tal obra, podemos concluir que “Educação Física e sexualidade: desafios educacionais”, coordenado por Ilena Wenez, Maria Simone Schwengber e Priscila Dornelles, ajuda-nos a refletir sobre questões importantes que caracterizam as aulas de EF e nos convida a pensar uma nova EF escolar, que em vez de contribuir na reprodução de práticas e discursos que discriminam e excluem sujeitos que transgridem as normativas de gênero, auxilie nos processos de desconstrução de tais paradigmas. Considerando que na contemporaneidade estamos presenciando uma exposição ou autoafirmação cada vez mais evidente das múltiplas identidades de gênero e sexuais, uma vez que os sujeitos que transgridem esses paradigmas se sentem hoje mais confortáveis em expor a sua identidade, a escola e, especificamente, a EF, precisa acompanhar e atender a essas novas demandas contemporâneas, construindo um espaço de acolhimento e não de rejeição e violência direcionadas para esses sujeitos. Não obstante, os seis capítulos dessa obra apresentam indícios de que a EF, enquanto disciplina escolar, foi e é utilizada como mecanismo que impõe perspectivas generificadas, heteronormativas e, conseqüentemente, discriminatórias sobre os corpos de meninos e meninas.

REFERÊNCIAS:

WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione; DORNELLES, Priscila Gomes. **Educação Física e sexualidade: desafios educacionais.** Ijuí: Unijuí, 2017

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses entre os autores.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Silvan Menezes dos Santos

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

João Caetano Prates Rocha; Keli Barreto Santos; Juliana Rosário.

HISTÓRICO

Recebido em: 15 agosto 2021

Aprovado em: 18 outubro 2021